

;;;;AS APROPRIAÇÕES DOCENTES NO USO DE LIVROS LITERÁRIOS QUE ABORDAM A GRAVIDEZ NA ADOLESCENCIA

Andréa Costa da Silva, Vera Helena Ferraz de Siqueira e Nilma Gonçalves Lacerda
NUTES/UFRJ.

Introdução

Percorremos vários caminhos após deter o olhar sobre as fichas de leitura encartadas nos livros que abordavam a temática da gravidez na adolescência no ano de 2005, após o ingresso no curso de Mestrado no NUTES/UFRJ; caminhos que nos levaram ao desfecho desta pesquisa.

A fase preliminar foi realizada na Fundação Nacional do Livro Infantil e Juvenil, no Rio de Janeiro (FNLIJ) – seção brasileira do International Board on Books for Young People (IBBY). Inicialmente foram relacionados, vinte e quatro títulos sobre a questão da sexualidade e gênero. Após a primeira filtragem, foram retirados os títulos que não estavam diretamente ligados à temática da gravidez. Nesse universo, seis apresentaram “materiais de apoio” ao professor, ou a antiga “ficha de leitura”, e foi sobre este material que resultou na comunicação no 15º COLE¹, intitulada: “Um olhar sobre as fichas de leitura: uma interpretação autorizada?”

Nas obras pesquisadas, observamos o investimento do material em atemorizar os leitores (as) quanto às conseqüências de uma gravidez precoce. Assim, diante deste suporte, surgiria a inevitável indagação: como os docentes, produtores e receptores de sentido, perceberiam estas obras?

Neste investimento, o objetivo da pesquisa seria analisar os significados construídos pelos docentes na apropriação feita desses livros. Mais especificamente, no entendimento das seguintes questões: como o docente conceberia a construção da subjetividade do aluno, mediada pelo livro literário? Como as noções sobre sexualidade e gênero contempladas nesses materiais seriam ressignificadas por eles (as)? De que maneira seria feito o uso desses livros na prática didática desses professores (as)?

A pesquisa, de cunho qualitativo, incluiu uma dimensão empírica, em que se teve por sujeitos docentes de escolas públicas e particulares do Rio de Janeiro que trabalharam ou ainda estivessem trabalhando com livros literários que abordassem a temática da gravidez na adolescência.

1. Gravidez na adolescência: vários olhares interessados

A gravidez na adolescência, fato amplamente discutido atualmente nos meios acadêmicos, na mídia e nos órgãos governamentais, longe de representar um acontecimento novo, esteve sempre presente na história da humanidade. Se hoje o fenômeno causa alarde e estranheza, se deve às transformações histórico - culturais que

¹ Congresso de Leitura do Brasil: “Pensem nas crianças mudas telepáticas”, realizado de 5 a 8 de julho de 2005, na Unicamp, Campinas, São Paulo, e promovido pela Associação de Leitura do Brasil, em que participei do V Seminário de Literatura para Crianças e Jovens.

a sociedade foi sofrendo, e neste desdobramento as representações de infância e família foram ressignificadas.

Referindo-se à adolescência, Ariès (1981) revela a necessidade de estabelecermos um olhar mais crítico e relacional, levando-se em conta que a ênfase dada à cada recorte etário tem a concorrência de influências variadas, como a demografia, por exemplo, que direciona a abordagem em determinado período histórico, o autor acrescenta que: “Essas variações de um século para o outro dependem das relações demográficas. São testemunhos da interpretação ingênua que a opinião faz em cada época, da estrutura demográfica, mesmo quando nem sempre pode conhecê-la objetivamente.” (idem, p.16, 1981)

Com o desenvolvimento de teorias nas Ciências Humanas, no final do século XIX e início do XX, a visão biopsicossocial da adolescência se corporificou, ampliando os conhecimentos científicos nessa área de estudos. Na atualidade, além de um discurso jurídico, cultural e biológico com relação ao adolescente, temos também, abordando este tema, a Psicologia e a Psicanálise, Antropologia, Demografia e Sociologia. Mas por que a incidência da gravidez em faixas etárias mais baixas, preocupa instâncias como a família e a escola ; quais seriam as transformações sofridas, para levar ao estranhamento atual ?

Podemos adiantar que no tocante às transformações do espaço feminino, especificamente, Giddens (1993) estabelece um paralelo entre o surgimento da idéia do amor romântico e todo conjunto de influências a afetarem a vida social, a partir do final do século XVIII. O autor estabelece uma associação entre o amor romântico, a criação do lar e a invenção da maternidade. Em seu artigo sobre o “O amor no casamento” Ariès, (1982, p.156), já teria dito: “Fecundidade, reserva da esposa e da mãe, dignidade de dona-de-casa são características permanentes que, até o século XVIII, opuseram o amor dentro do casamento e o amor fora do casamento.”

Ainda segundo Giddens, quanto mais à sexualidade foi desvinculada da reprodução, o projeto reflexivo do eu, foi tomando forma e o sistema institucional da repressão que estabelecia categorias às mulheres segundo o exercício e sua sexualidade ficou sob tensão. O autor acrescenta que: “As mulheres ficaram encarregadas de facto da administração da transformação da intimidade que a modernidade colocou em andamento”.(Idem, p.196)

Assim a maternidade recebe um redimensionamento de sentido, pois desde que o tamanho da família começa a ser cuidadosamente limitado, a vontade de ter filhos adquire autonomia..

Nesse panorama, parecem ser precisamente as chances abertas às jovens, no que diz respeito à escolarização, à inserção profissional, ao exercício da sexualidade desvinculado da reprodução, que fundamentam uma nova sensibilidade quanto à idade ideal para se ter filhos. Este argumento subestima o fato de esse leque de oportunidades sociais não ser igualmente oferecido para jovens de diferentes classes e, além disso, supõe como universal o valor ou o projeto de um novo papel feminino. A gravidez na adolescência desponta como um desperdício de oportunidades, uma subordinação – precoce – a um papel do qual, durante tanto anos, as mulheres tentaram se desvincilhar. Ao que Heilborn sintetiza, acrescentando que a para

a sociedade a gravidez na adolescência desponta como uma disparidade, na contramão: [...] “das mudanças demográficas e na da emancipação feminina, aumentando, assim, a visibilidade e também a indignação dirigida à gravidez na adolescência”.(HEILBORN, 2002, p.18)

Desta maneira a maternidade encontra forte significação negativa quando associada a determinado recorte etário, pois o vínculo entre juventude, fecundidade e reprodução, encontra em alguns discursos e principalmente na mídia contornos de “problema social”; a própria nomenclatura de “gravidez precoce” já antecipa um sentido antes mesmo que possam ser levantados outros elementos de discussão.

Na pesquisa GRAVAD², realizada pelas Universidades Federais do Rio de Janeiro, Bahia e Rio Grande do Sul, vários dados foram levantados, ressignificando conceitos anteriores, dentre eles, a questão de que as conversas sobre a sexualidade no ambiente familiar continuam interditas, ou pouco exploradas pela maioria das famílias. No âmbito escolar, não se trata abertamente o tema da contracepção e a educação sexual não é uma prioridade.

Assim, a gravidez não pode ser vista como uma realidade biológica imutável, mas antes como parte de um processo social e cultural. Transformações sociais fizeram surgir novas imagens de mulher, de juventude e de infância que contribuem ao adiamento da idade socialmente desejável e aceitável para a primeira gravidez. Com repercussão em várias instâncias, essas modificações estabelecem novos paradigmas, associando a gravidez fora desses marcos a um risco de saúde, ao risco social, ao problema demográfico. A escola é uma das instituições nas quais se instalam mecanismos do dispositivo da sexualidade; através de tecnologias do sexo, os corpos dos estudantes podem ser controlados, administrados. Como afirma Louro (2001), a escola é uma entre as múltiplas instâncias sociais que exercitam uma pedagogia da sexualidade e do gênero, colocando em ação várias tecnologias de governo.

Mais especificamente no âmbito escolar Altmann (2003, p.285), revela uma nova responsabilidade: “[...] além do acesso a informações sobre controle de natalidade e práticas preventivas: deve formar sujeitos auto-disciplinados que vivam a iniciação de sua vida sexual afastando-se da gravidez, dos perigos trazidos pela AIDS e outras doenças sexualmente transmissíveis (DST's).” A escola assume nesse cenário, o lugar de dispositivo pedagógico não apenas como importante, mas como estratégico na medida em que se constitui num local do representado e do expressado das complexas formas pelas quais as identidades culturais são construídas, articuladas, no âmbito do social. O currículo escolar, portanto, é central na construção das diferenças e das identidades³.

² Pesquisa Gravidez na Adolescência: estudo multicêntrico sobre jovens, sexualidade e reprodução no Brasil. Entrevistas de 4.364 jovens de 18 a 24 anos no ano de 2002, nos municípios de Porto Alegre, Rio de Janeiro e Salvador.

³ A “identidade” aqui referida é *identidade cultural*. Segundo Tomas Tadeu da Silva (2000), “de acordo com a teorização pós-estruturalista que fundamenta boa parte dos Estudos Culturais contemporâneos, a identidade cultural só pode ser compreendida em sua conexão com a produção da diferença, concebida como um processo

A criação do tema transversal Orientação Sexual nos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNs) é outro indício da inserção deste assunto no âmbito escolar, pois de acordo com os PCNs, em virtude do crescimento de casos de gravidez indesejada entre adolescentes e do risco da contaminação pelo HIV, o tema Orientação Sexual foi criado como um dos temas transversais a ser trabalhados ao longo de todos os ciclos de escolarização.

A partir desse quadro, o currículo das escolas brasileiras também passou a ser pensado de modo a discutir as estratégias de prevenção. Os Parâmetros Curriculares Nacionais colocaram a sexualidade como tema transversal, cabendo às instituições escolares discuti-la de uma forma mais ampla, em todas as disciplinas. Tal esforço tem exigido, porém, uma formação continuada de todo o corpo docente e um desconforto em decidir a quem cabe arbitrar sobre esse assunto. Transversalizar um tema significa, para os PCNs, promover: “uma compreensão abrangente dos diferentes objetos de conhecimento, bem como a percepção da implicação do sujeito de conhecimento na sua produção, superando a dicotomia entre ambos.” (BRASIL, 1998, p.40)

2. Novos paradigmas para a educação sexual, o livro e as mediações escolares

“Pode o sexo ser educado e a educação ser sexuada?” Ou ainda: “Como seria a educação sexual se ela se tornasse indistinguível daquilo que Foucault (1985), em uma de suas últimas obras, chamou de ‘o cuidado de si’ como prática de liberdade?”, nos provoca Britzman (2001 p. 93). A questão da sexualidade na educação é debatida pela autora na perspectiva de discutir impedimentos de uma pedagogia da sexualidade interessante e estimulante, onde exista a possibilidade de contemplar as relações entre curiosidade, liberdade e sexualidade.

A provocação de Britzman encontra resistência no modelo de sujeição moral incorporado pela escola; com o desenvolvimento de “uma arte da existência dominada pelo cuidado de si”(FOUCAULT, 1985, p. 234), incorporando uma preocupação em focalizar a atividade sexual, e de “temê-la pelo conjunto de seus parentescos com as doenças e o mal” (FOUCAULT, op. cit). Segundo Britzman tais preocupações ou prerrogativas não impedem, contudo, que a sexualidade tenha seus mecanismos próprios, pois os movimentos da sexualidade são exteriores à cultura. Ela acredita que: “A sexualidade não segue as regras da cultura, mesmo quando a cultura tenta domesticar a sexualidade”.(BRITZMAN, 2001, p. 89).

Podemos perceber claramente o distanciamento entre os ensinamentos escolares e seus textos “lícitos” e as leituras “clandestinas” de fora da escola, nos espaços não-formais de educação. As leituras escolares revelam normalmente um caráter pedagógico e utilitarista, enfocando uma abordagem moral e ética.

A instituição escolar emerge como elemento de educação moral, de civilidade e propagação do conhecimento. A escolarização da literatura infanto-juvenil provém desta perspectiva, tornando-se um dos instrumentos pela qual a pedagogia almejou

discursivo” (SILVA, 2000, p.69). Sexo, gênero, sexualidade, raça, etnia, nacionalidade, classe, religião, geração, etc. são exemplos de identidades culturais.

atingir seus objetivos; Zilberman discute a prioridade das motivações educativas sobre as literárias, durante o século XVII, na produção de textos para jovens: “O que chamamos de literatura juvenil ‘específica’, isto é, o texto escrito exclusivamente para crianças, tem sua origem primariamente não em motivos literários, mas pedagógicos” (BAUMGÄRTER apud ZILBERMAN, 1981, p. 130).

Com a expansão do mercado editorial, a ampliação da rede escolar, o crescimento das camadas alfabetizadas, acelera-se o processo civilizatório, e “[...] o ler transformou-se em instrumento de Ilustração e sinal de civilidade” (idem, p. 138).

O estreito vínculo estabelecido entre a literatura e a escola abre a discussão acerca do estabelecimento do leitor na escola enquanto “destinatário”:

Lajolo & Zilberman (1999, p.120) nos dizem que o livro didático seria “o primopobre da literatura”, mas o “primo-rico das editoras”, sustentando a argumentação em função do caráter descartável do livro didático, entre outros elementos, mas da sua imperiosa aceitação no mercado do livro e na escola.

Como parte desse corpo de questionamentos, temas como sexualidade e gênero tornam-se comumente recorrentes, por imposição metodológica institucional, determinação estimulada pelos PCNs (debatidos anteriormente) ou pelo inevitável questionamento dos alunos(as). Nesta encruzilhada, entre a demanda institucional e os protocolos e leitura oriundos da clientela, os docentes fazem, muitas vezes, opções que caracterizam, pela ação meramente pedagógica, o esvaziamento da significação. Na preocupação entre ensinar e também satisfazer a clientela em uma aproximação da realidade devemos sempre colocar sob dúvida as afirmações que equiparem a “ficção boa” a “realidade real”. Tal categorização deve sempre levantar dúvidas, pois: “A experiência é válida, é claro, mas ela nunca nos oferece a verdade toda, apenas uma quase-verdade, isto é, uma aproximação conceitual em relação à verdade”. (KRAUSE, in OLIVEIRA, 2005, p. 13) O autor questiona a vinculação da literatura à realidade, considerada, por vezes, atributo de qualidade ou de suposta literariedade.

O investimento no debate sobre as relações de gênero e sexualidade na experiência pedagógica emerge da necessidade de estudos e reflexões sobre estes temas, sobretudo se nos ativermos ao princípio de que os corpos são significados na e pela cultura, e por ela continuamente ressignificados, e que a escola constitui-se com uma dimensão importante dessas produções.

3. Metodologia e campo empírico

Para a realização deste estudo optou-se por uma metodologia de base qualitativa, onde pudéssemos perceber a produção de significados pelos sujeitos em suas ações pedagógicas, como também o envolvimento com a materialidade do suporte utilizado: os livros literários, na dinâmica do cotidiano escolar e suas respectivas representações.

Ao descrevermos a denominação da “pesquisa qualitativa” adotada neste estudo, devemos ressaltar que o sentido atribuído não é antagônico ou desqualificador ao termo “quantitativo”, mas diferenciado e muitas vezes complementar, tendo em vista que, segundo Minayo ao trabalharmos com a pesquisa social: [...] “Isto implica

considerar sujeito de estudo: gente, em determinada condição social, pertencente a determinado grupo social ou classe com crenças, valores e significados” (idem, p.22) Assim para a compreensão do universo de interesse desta pesquisa, optamos por adotar como instrumento de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas gravadas em áudio, visando obter informações acerca de fatos, idéias, maneiras de pensar e atuar, opiniões, etc. Optamos também pelo modelo semi-estruturado de entrevistas, pois estas oferecem ao entrevistado oportunidade de se colocar acerca do assunto em pauta, sem respostas ou condições pré-fixadas. A entrevista foi composta de perguntas no sentido de o (a) entrevistado (a) oferecer seus parâmetros de escolha na incorporação do livro na sua prática pedagógica, sua percepção de relevância e adequação ao suporte, mecanismos e relações estabelecidas para escolha, bem como suas ações com os (as) alunos (as) e as implicações destas ações nas instituições em que os docentes estavam inseridos.

Com o propósito de identificar a apropriação dos docentes no uso dos livros literários sobre gravidez na adolescência, acreditamos que a Análise Crítica do Discurso, tomada principalmente pelos pressupostos de Fairclough (2001), ofereceu um quadro teórico favorável para esclarecer nossas questões de investigação, assim como fomentar inquietações acerca de proposições futuras.

Na concepção tridimensional proposta por Fairclough há: “texto, prática discursiva (produção, distribuição, consumo) e prática social”; a dimensão mais abrangente seria da prática social, onde o discurso é colocado na luta dialética com a relação de poder. Segundo o autor: “[...] o discurso é uma prática, não apenas de representação do mundo, mas de significação do mundo, construindo o mundo em significado”. (FAIRCLOUGH, 2001, p.91).

Quando nos detivemos em pensar no conceito de apropriação para a análise das entrevistas dos professores que usaram os livros paradidáticos sobre gravidez na adolescência, buscamos referenciais na história cultural da leitura, suas práticas e significações, tomando como pressupostos, principalmente, os referenciais de Roger Chartier e Smolka. Para Chartier, apropriação “tem por objetivo uma história social das interpretações remetidas para as suas determinações fundamentais (que são sociais, institucionais, culturais) e inscritas nas práticas específicas que as produzem” (1990 p. 26). Ou ainda, apropriação “permite pensar as diferenças na divisão, porque postula a invenção criadora no próprio cerne dos processos de recepção” e serve para realçar a “maneira contrastante como os grupos ou os indivíduos fazem uso dos motivos ou das formas que partilham com os outros” (CHARTIER, 1990, p. 136).

Enfocamos aqui o trabalho com a literatura para jovens como prática discursiva (Smolka 1988, 2007), explorando relações entre linguagem, educação e história cultural. A literatura aparece como instância especial para pensarmos sobre essas relações, uma vez que sintetiza possibilidades especificamente humanas, como a significação.

Assim, depois do levantamento bibliográfico descrito na Introdução, estávamos diante do impasse: quem seriam os professores que fariam uso dos livros pesquisados? Resolvemos “seguir o fio do livro”, isto é, através das editoras, buscamos

os docentes que estariam fazendo uso dos livros; neste sentido não havia nenhum posicionamento acerca dos profissionais de quais disciplinas poderiam ser inseridos na pesquisa.

Com o auxílio das editoras que possuíam publicações acerca da temática, realizamos nove entrevistas em oito escolas do Rio de Janeiro; visitando uma escola pública e sete escolas particulares. O leque de instituições que adotaram os livros foi bem diversificado, com escolas na Zona Sul, Zona Oeste, Zona Norte e municípios de Sepetiba e Caxias no Rio de Janeiro. Todos os profissionais entrevistados foram professores (as) de Língua Portuguesa e/ou Literatura, este perfil foi não delimitado anteriormente.

4 . As apropriações: um recorte

Com o foco de análise nas apropriações dos docentes no uso dos livros que abordassem a temática da gravidez na adolescência, nos deparamos com dois pólos gerenciadores dos discursos: as mediações docentes nos usos dos livros em si e o discurso da sexualidade, de forma mais específica sobre a gravidez na adolescência e com a mesma intensidade à temática da AIDS / HIV, onde invariavelmente um tema encontrava-se ligado ao outro.

Nesta perspectiva, os discursos dos professores entrevistados foram distribuídos em três categorias, ao que denominamos “territórios”, como espaços discursivos, inter-relacionados, complementares, mas não – excludentes. Assim: os territórios autorizados seriam os “espaços” colocados como apropriados/autorizados para a prática pedagógica. Os territórios silenciados: os “espaços”, expressões, sentimentos, pensamentos, negligenciados/calados por motivações diversas. E os territórios em conflito: os discursos que se “mostram” e se “escondem”, sem muitas vezes serem totalmente antagônicos, são no entanto, perpassados por proposições híbridas.

Territórios autorizados:

Karla⁴ – “[...] é, eu gosto muito do Júlio Emilio, como escritor, porque eu acho que ele tem uma **linguagem muito clara, muito simples para abordar temas polêmicos** [...]”, o autor, disse: “Olha Karla ..., **eu trouxe esse livro pra você ver** e o assunto é muito interessante, acho que você vai gostar”, aí eu peguei, li o livro, fiquei apaixonada pelo livro; falei assim: “[...] **eu mudei todo o meu planejamento do livro do 1º bimestre**, da oitava série, eu quero esse livro, **eu liguei pra** [...], eu conversei com ele, eu vou adotar esse livro.”

Com os pressupostos de Lajolo, (2004) e Zilberman (1981,2004) podemos observar neste excerto, o discurso da incorporação da literatura no desdobramento escolar; os aspectos da inteligibilidade da mensagem, a autoria autorizando a incorporação de um tema (da sexualidade) e a preferência literária docente (território do poder) em caráter preliminar ao trabalho pedagógico.

Paulo – [...]” e daí nesse momento é que surgem as dúvidas,... e muitas delas **você** já sabe qual é a resposta [...]. **Aquela coisa tipo: você ter um filho agora com**

⁴ Todos os nomes são fictícios.

quatorze a quinze anos, não que tua vida tenha acabado, você ia ser obrigado a sair da escola, mesmo que você volte, a própria turma vai te hostilizar, [...] menina de quinze anos estudando à noite, porque engravidou ... e até porque se trata de uma área carente ... né? “

Quando procura o recurso pedagógico oferecido pelo livro, Paulo já determina as respostas que deve/espera encontrar; a gravidez na adolescência tomada em sua versão essencializada, sem interlocuções com outros contextos como nos sinaliza Heilborn (2002), somente reproduz os discursos do senso comum e não proporciona questionamentos.

Territórios silenciados:

Eloísa – “Ela apontou a vida dela mesmo... ela não falou de nada que estava sendo pedido na redação... [...] É! Ih, quando eu pedi que ela retirasse um trecho na prova de gramática, que comprovasse que a personagem dos *Anjos no Aquário*, que ela usava o diário, como uma forma de ser um amigo, de contar os medos e as decepções dela, o fragmento que ela tirou foi: **‘Estou morrendo de medo’**, então é uma identificação dela, com a personagem, ela já identificou, tanto que ela veio me perguntar: **‘pôxa, você escolheu esse livro só por que eu tava grávida?’**”

A professora exemplifica seu compromisso pedagógico com a avaliação de uma aluna, que encontrava - se grávida na ocasião do trabalho com o livro e da entrevista. A preocupação com o caráter pedagógico silencia o pedido de ajuda, muito mais evidente que o comprometimento com o conteúdo da disciplina.

Mara – [...] “fora a temática, é uma temática boa ...e ele não vem falando ...até no **ato sexu.....é ..a transa ali vem em metáforas**, mas dá pra ver tudo.”

O silêncio das palavras ou sentidos proibidos, como nos descreve Foucault (1988) transparece na preocupação da professora ao justificar sua escolha pelo livro.

Territórios em conflito:

Eva: “Porque eu achei que ele (o livro) tratou de **uma maneira bem suave** assim o tema, embora seja um **tema pesado**, mas houve uma certa suavidade ao tratar do tema [...].(Ao se referir a outro livro que trata a temática de outra maneira). **Tem que enfrentar problemas**, os pais não vão aceitar. Não vai ser tudo às mil maravilhas, mesmo o rapaz abandonando, **tudo vai ser azul e cor-de-rosa pra ela**, não é verdade. Ela vai crescer, ela vai ter que amadurecer a força. Então eu não achei que o autor tratou com **o realismo** que deveria.”

O paradoxo de se precisar de uma maneira “**suave**” para tratar de um tema “**pesado**”, onde a necessidade representar a realidade subtende o mesmo investimento no **sofrimento**.

Sílvia - [...] “**aí a gente começa a discussão**, num determinado dia. Aí eu parto do que, do título, da capa, e vou esmiuçando a história, o enredo [...]. Depois que eles fazem isso, quem leu, quem não leu, **aí eles me ajudam [...]. Na verdade o que me importa muito, o que eu quero mesmo, é essa discussão**. Eu pego a historinha do enredo porque eu tenho que trabalhar com ele, **mas o enredo é pra eu puxar o que eu quero, gravidez na adolescência, por exemplo, nesses textos**. Aí eles começam a falar, eu começo a provocar, fazer alguns questionamentos, e eles vão

falando. Depois daí, geralmente numa outra aula porque nunca dá tempo, eu peço pra eles trazerem algum material relacionado ao que nós discutimos, **aí saem músicas ou reportagens**".

Sílvia investe na possibilidade de um discurso que explore a diversidade, fugindo da hegemonia discursiva. Mesmo não aprofundando o questionamento sobre sexualidade e gênero, existe abertura para tal perspectiva.

5. Considerações finais

O foco deste estudo recaiu sobre a apropriação docente, entretanto, os livros pesquisados e os (as) alunos (as) não foram meros coadjuvantes, mas elementos preponderantes nesta trama complexa que é a busca dos significados, na pesquisa qualitativa.

Os discursos sobre a sexualidade, conforme nos sinaliza o pensamento foucaultiano, trazem à baila os elos entre a sexualidade, a subjetividade e a verdade. As apropriações docentes no uso dos livros literários que abordam a temática da gravidez na adolescência recebem este investimento, no sentido de que os significados produzidos pelos docentes buscam a visibilidade da sexualidade juvenil através do aparato pedagógico, invariavelmente atrelado a regimes discursivos imbricados na produção de regimes de verdade.

A literatura, neste sentido, é percebida, invariavelmente, apenas enquanto "ferramenta" de trabalho, deixando em segundo plano o aspecto da fruição, conforme discutida por Barthes, limitando a literatura na instituição escolar à sua função pedagógica vinculada a estrutura curricular. Também são incorporadas, neste caso, as demandas da educação em saúde, implementadas pela escola na incorporação de pressupostos de prevenção e cuidado, preceituados principalmente pelos discursos da saúde coletiva e sobre a sexualidade. Esta incorporação transparece fundamentada na profusão discursiva atravessada pelo senso comum, onde o patrimônio literário acaba circunscrito a uma urgência de realidade e contemporaneidade que deve ser relativizada, diante do aparato de "saber-poder" já descrito por Foucault.

Neste aspecto o território da diversidade é constrangido por um conjunto de dispositivos que não incorporam as leituras democráticas e singulares, e investem na perspectiva da veiculação de um sentido potencialmente único.

As maneiras sob as quais os docentes são levados a se reconhecerem, enquanto leitores das obras literárias, assim como enquanto mediadores das mesmas junto aos jovens na discussão dos aspectos da sexualidade e gênero no trabalho com o livro levam-nos a pensar sobre os dispositivos discursivos acerca do auto-reconhecimento dos indivíduos enquanto sujeitos de sua sexualidade e da prática pedagógica.

Em todos os aspectos foi importante perceber que apesar das entravas de um mecanismo educacional ensimesmado, os docentes incorporaram, ainda que na perspectiva de suas subjetivações pessoais e profissionais, uma discussão que poderia ser excluída, ou seja, não nos cabe qualquer avaliação para além dos eventos discursivos sobre os quais nos detivemos neste trabalho: a multiplicação dos efeitos

nas práticas e nas subjetividades são elementos imponderáveis, como é a “natureza humana”.

Referências Bibliográficas:

ALTMANN, Helena. **A sexualidade adolescente como foco de investimento político-educacional**. PUC-Rio (FAPERJ)-ANPED, 27ª reunião anual -Caxambu - MG, 2004

ARIÉS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2. ed. Rio de Janeiro, RJ: LTC, 1981.

ARIÉS, Philippe; BÉJIN, André (orgs.) **Sexualidades ocidentais**. São Paulo, SP: Brasiliense, 1982.

BRASIL. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros curriculares nacionais: terceiro e quarto ciclos: apresentação dos temas transversais**. Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRITZMAN, Deborah. Curiosidade, sexualidade e currículo. in: LOURO, Guacira Lopes. **O corpo educado: pedagogias da sexualidade**. Belo Horizonte: Autêntica, 2001

FAICLOUGH, Norman. Discurso e mudança social. Brasília, DF: UNB, 2001

GIDDENS, Anthony. **A transformação da intimidade**. São Paulo, SP: UNESP, 1993

KRAUSE, Gustavo Bernardo G. A qualidade da invenção. In: OLIVEIRA, Ieda de. **O que é qualidade em literatura infantil e juvenil? Com a palavra o escritor**. São Paulo, SP: DCL, 2005.

CHARTIER, Roger. **História cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 13. ed. São Paulo, SP: Loyola, 2006.

_____. **História da sexualidade I**. São Paulo, SP: GRAAL, 1988.

_____. **História da sexualidade III**. São Paulo, SP: GRAAL, 1985.

HEILBORN, Maria Luiza et al . Aproximações socioantropológicas sobre a gravidez na adolescência. **Horizonte antropológico**. Porto Alegre, v. 8, n. 17, 2002. Disponível em: <<http://www.scielo.br/scielo>>. Acesso em: 30/01/07.

LAJOLO, Marisa; ZILBERMAN, Regina. **A formação da leitura no Brasil**. 3. ed. Rio de Janeiro, RJ: Ática, 1999.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Teoria cultural e educação – um vocabulário crítico**. Belo Horizonte: Autêntica, 2000.

SMOLKA, Ana Luiza Bustamante. **A criança na fase inicial da escrita: a alfabetização como processo discursivo**. Campinas, SP: Cortez, 1988.

_____. O (im)próprio e o (im)pertinente na apropriação das práticas sociais. **Caderno CEDES**. Campinas, UNICAMP, v. 20, n. 50, 2000. Disponível em: <<http://www.scielo.br>>. Acesso em: 25 de março de 2007

ZILBERMAN, Regina. Literatura infantil e ensino. **Educação & sociedade**. São Paulo, SP, n. 8, p. 119-143, março, 1981.